

INDICADORES CULTURAIS NO BRASIL: MUDANÇAS METODOLÓGICAS E NOVOS RESULTADOS, 2007-2012

Cristina Pereira de Carvalho Lins¹

RESUMO: O presente estudo situa-se no campo das informações estatísticas oficiais para a cultura. Apresenta a reflexão sobre o âmbito do setor cultural com as mais recentes referências e recomendações sobre indicadores e estatísticas culturais elaboradas por alguns dos principais Institutos de Estatística internacionais e novos resultados divulgados.

PALAVRAS-CHAVE: indicadores e estatísticas culturais; Institutos de Estatísticas internacionais; informações estatísticas oficiais

O Ministro da Cultura Gilberto Gil ao inaugurar uma nova etapa na gestão pública, em 2003, procurou acompanhar a discussão e a orientação internacional para a produção de informações sobre a dimensão econômica da cultura brasileira.

No entender do ministério, teve início o processo de investimento na recuperação de um conceito mais abrangente de cultura para além da atuação circunscrita ao patrimônio (material) e às artes (reconhecidas). A ampliação do conceito de cultura passou a se dar em um campo mais estendido da estrutura social ao incorporar, por exemplo, setores das novas tecnologias da economia da informação e comunicação (audiovisual, mídia, redes, internet e tecnologias digitais). Essas mudanças históricas marcaram a economia da cultura, que passou a considerar como culturais, atividades econômicas e ocupações desses segmentos.

Isaura Botelho faz notar que a demanda pela produção e organização das informações culturais se faz presente, já que a cultura passou a ser pensada sistematicamente nas etapas de criação, produção e distribuição por agentes culturais públicos e privados,

[...] considerando aqui tanto o setor público quanto o privado, a produção e a sistematização de dados no campo da economia da economia e da sociologia da cultura geram informações que permitem não apenas avaliar os aportes dos diversos segmentos culturais na economia, e o seu peso no conjunto das “contas nacionais” do país, mas também analisar tais aportes do ponto de vista da formulação de políticas e programas que visem o fortalecimento de setores – seja pela geração de emprego e renda, seja pela melhor distribuição de meios de produção –, a regulação de mercados, melhor equilíbrio na

¹Economista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Desde 2004 é a Coordenadora técnica do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, da Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas, IBGE.

distribuição de produtos ou pela identificação de setores que merecem (ou necessitam) investimentos localizados (BOTELHO, 2006:3).

Na área da produção de informações que subsidiassem as políticas, o MinC buscou estabelecer uma aproximação com outros ministérios, fundações e instituições de pesquisa, principalmente do setor público, para desenvolver as contas satélites de cultura criar indicadores capazes de responder à complexidade do campo cultural, e estabelecer uma dinâmica de estudos específicos, com o objetivo de sistematizar os dados já existentes e gerar novas estatísticas sobre setor cultural.

Em fins de 2003, a Secretaria de Políticas Culturais - SPC sob a coordenação de Paulo Miguez (2003-2005), através da gerência de Isaura Botelho iniciou um diálogo com o Instituto de Pesquisa econômica Aplicada - IPEA e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

No que tange à economia e à gestão, Paulo Miguez (2007:96) acrescentou que, “é, todavia, nas suas interfaces com a dimensão econômica que mais recentemente e aceleradamente a cultura passou a ser objeto privilegiado de atenção, mundo afora, dos estudos científico-acadêmicos e também de *policemakers*”.

Frente à ausência de informações sistematizadas que pudessem dar suporte a elaboração de uma política pública de cultura e dar prosseguimento aos novos projetos, programas, responder às recomendações internacionais e desenvolver estudos específicos, o Ministério da Cultura procurou consolidar as relações institucionais com outros ministérios, fundações e instituições de pesquisa, principalmente do setor público, por meio da interlocução das novas secretarias do MinC, criadas pelo do Decreto nº 4.805, 12 de agosto de 2003.

A parceria se efetivou com a assinatura do acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Cultura e o IBGE, em 17 de dezembro de 2004². Sendo que as ações conjuntas na área de produção de informações do setor cultural foram reforçadas com a criação da lei que instituiu o Plano Nacional de Cultura – PNC, Nº 12.343, em 02 de dezembro de 2010³, que em seu Art. 10, § 3º estabelece a promoção de parcerias e convênios com instituições especializadas na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas para a constituição do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) do Ministério da Cultura.

²Ver referência do decreto.

³Lei que instituiu o Plano Nacional de Cultura – PNC, Nº 12.343, Art. 10, § 3º, de 02 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm, Acessado em 06/05/2013.

Este trabalho conjunto entre o IBGE e o MinC resultou na divulgação de cinco edições da *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC* de 2005, 2006, 2009, 2011 e 2012, que apresentaram informações sobre a produção das estatísticas censitárias da cultura na gestão pública municipal, e três pesquisas com enfoque em indicadores das atividades socioeconômicas, o *Sistema de Informações e Indicadores Culturais*, SIIC de 2003, 2003-2005 e 2007-2010.

Este trabalho tem como foco a última divulgação do *Sistema de Informações e Indicadores Culturais - SIIC 2007-2010*, em 18 de outubro de 2013.

Focando o período entre 2007 e 2010, o SIIC dá continuidade à série, que levantou as primeiras informações referentes ao ano de 2003, sobre os principais aspectos da oferta e da demanda de bens e serviços culturais, os gastos das famílias e os gastos públicos com cultura, e as características socioeconômicas da população ocupada na cultura, consolidados nacionalmente.

A referência conceitual do SIIC 2007- 2010, que é semelhante àquela já adotada nas duas edições anteriores do SIIC 2003 e 2003-2005, aprofundou a reflexão sobre o âmbito do setor cultural com as mais recentes referências e recomendações sobre indicadores e estatísticas culturais elaboradas por alguns dos principais Institutos de Estatística internacionais.

Com o objetivo de assegurar a qualidade das informações e a comparabilidade com as estatísticas e nomenclaturas revisadas de outros países, tomou-se como base o *The 2009 Unesco framework for cultural statistics – FCS*, marco referencial para as estatísticas culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - Unesco*). Somam-se a estas as estatísticas para a cultura do *European Statistical System Network on Culture - ESSnet-Culture* do Eurostat, e a proposta de medição econômica das atividades e produtos apresentada no documento *Cuentas satélites de cultura: manual metodológico para su implementación en Latinoamérica*, divulgado pelo Convenio Andrés Bello, em 2009.

Essas abordagens orientaram a concepção do setor cultural, a partir das nomenclaturas de atividades produtivas de bens e serviços, consideradas nesta nova edição do SIIC. Essa concepção está diretamente relacionada à estrutura de classificação econômica utilizada nas pesquisas do IBGE, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, que substitui a estrutura utilizada nas versões anteriores da CNAE 1.0. Em seguida, partiu-se para a compatibilização das atividades consideradas como culturais na CNAE 1.0 com as da CNAE 2.0, incorporando as novas atualizações que refletem as mudanças que ocorreram na

estrutura e composição da economia brasileira decorrentes das novas e emergentes demandas de dados da atividade econômica (CLASSIFICAÇÃO, 2007, p. 13).

A partir do ano de referência 2008, apresentando resultados retroativos a 2007, o IBGE passa a divulgar uma nova série de dados das pesquisas econômicas, utilizando a CNAE 2.0, que substitui a estrutura usada anteriormente.

Na CNAE 2.0, foram introduzidas mudanças em todos os níveis hierárquicos e em muitas categorias da classificação. Mesmo no caso de manutenção de categorias da CNAE 1.0 com o mesmo conteúdo, os códigos são afetados pelas alterações no nível das divisões. Na CNAE 2.0 todos os códigos são novos⁴ (CLASSIFICAÇÃO, 2007 p.18).

Para identificar as atividades econômicas culturais, foi feita uma análise de cada uma das 673 classes (4 dígitos) da CNAE 2.0, as quais definem as atividades mais detalhadas desta nomenclatura. Portanto, a classificação constituiu o instrumento chave para a delimitação do setor composto de atividades econômicas de natureza industrial, comercial e de serviços que produzissem bens e serviços relacionados à produção cultural.

Assim, a partir desta análise, foi possível incorporar ao estudo as atividades que levam em consideração “o ciclo de produção de uma forma mais abrangente, integrando não só a criação, a fabricação de produtos culturais e o consumo, como também os equipamentos de suporte de informática e os equipamentos que permitem uma ampliação de opções de acesso à cultura, arte e lazer relacionados às práticas culturais”⁵ (DEROIN, 2011, p.3).

Como resultado dessa delimitação do campo da cultura proposto pela UNESCO (2009) buscou-se conceituar a cultura a partir das atividades relacionadas à “criação e produção”, tradicionalmente ligadas às artes, como teatro, música, filme, edição de livros, fotografia, rádio, televisão, bibliotecas, arquivos, museus e patrimônio histórico e, que foram consideradas neste estudo como atividades diretamente relacionadas à cultura. Outro conjunto, mais abrangente, relacionado aos equipamentos e às atividades de suporte de informática do setor cultural foi considerado como atividades indiretamente relacionadas à cultura (como a telefonia, a internet, a fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, entre outros), que agregam atividades propriamente culturais e outras que não podem ser caracterizadas como tais.

⁴Para garantir a inexistência de repetição de códigos entre as versões 1.0 e 2.0, recorreu-se à mudança no cálculo do dígito verificador, que passou para o módulo 11 acrescido de uma unidade (CLASSIFICAÇÃO, 2007 p.18).

⁵O Instituto de estatística da UNESCO do Canadá (ISU) definiu em 2009, uma nova proposta de âmbito de forma a organizar as estatísticas culturais e medir o enfoque socioeconômico adotado para a compreensão da cultura em 2009.

No quadro abaixo destaca-se a evolução no número de atividades das CNAEs relacionadas à cultura, que dizem respeito às mudanças de estrutura das classificações internacionais, à revisão 4 da *Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIIU (International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC6)*, da Organização das Nações Unidas - ONU (*United Nations Statistics Division – UNSD*), que foi aprovada pela da Resolução da Comissão Nacional de Classificação – Concla no 1/2006, de 04.09.2006, publicada no Diário Oficial da União em 05.09.2006.

Número de classes de atividades econômicas de bens e serviços culturais das pesquisas estruturais				
Setor	CNAE 1.0	CNAE 2.0	Acréscimos	Reduções
Total	48	74	26	
Indústria	19	16		3
Comércio	4	10	6	
Serviços	25	48	23	

Em relação às pesquisas econômicas, a principal mudança ocorrida com a revisão da Classificação Nacional das Atividades Econômicas - CNAE 2.0, pode ser observada com a introdução de novos conceitos nos níveis mais agregados para refletir atividades emergentes do setor cultural como as tecnologias de informação e comunicação que transformaram radicalmente a cultura e as maneiras de acessá-la, e que estão presentes em novas seções, divisões, grupos e classes que se referem às atividades de Informação e comunicação (Seção J) e Artes, cultura, esporte e recreação (Seção R) e, incorporam informações mais desagregadas das atividades de editoração, cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão, gravação de som e edição de música, rádio e televisão, atividades artísticas, criativas e de espetáculos, arquivos, museus, bibliotecas.

Nessa delimitação do setor cultural buscou-se conciliar também as primeiras discussões sobre a conta satélite de cultura do Brasil⁷, de modo a que o novo âmbito não

⁶INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities – ISIC.Rev. 4. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, Statistical Office, 2007. (ST/ESA/STAT/SER.M/4/rev.4). Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=27>>

⁷ Os Ministros de Estado da Cultura e da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições, instituíram nos termos da Portaria Interministerial nº 130, de 23.12.2010, o Comitê Gestor e o Grupo Executivo objetivando a criação da conta satélite de cultura do Brasil. Disponível para acesso em: http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-interministerial-130-2010_222375.html

deixasse de fora nenhuma das classes de atividade a serem consideradas, futuramente, na CSC.

No SIIC 2007-2010, as informações sobre a oferta de bens e serviços culturais foram obtidas nas fontes de dados de vários levantamentos, como as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas e nas pesquisas estruturais econômicas (Pesquisa Industrial Anual - Empresa – PIA-Empresa, Pesquisa Anual de Comércio – PAC e Pesquisa Anual de Serviços – PAS), todas as pesquisas referentes aos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010. Para identificar os gastos das famílias e do governo, foram utilizadas a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (referente a 2008-2009) e as Estatísticas Econômicas da Administração Pública (referentes aos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD foi utilizada como fonte de informação sobre as características das ocupações e atividades culturais realizadas pela população brasileira, referente aos anos de 2007, 2008, 2009, 2011 e 2012.

A partir das informações estatísticas e cadastrais de empresas e outras organizações formalmente constituídas no país, que tratam a cultura sob a ótica econômica, a economia da cultura pelo lado da oferta apresentou a configuração do setor cultural para três segmentos econômicos: indústria de transformação, comércio e serviços não financeiros, verificando a participação das atividades culturais no número de empresas, no total de pessoal ocupado (sócios, proprietários, trabalhadores assalariados), salários e outras remunerações pagas, receita líquida, custos totais, valor adicionado das empresas, valor bruto da produção, custo das operações industriais e consumo intermediário. Foram ainda elaborados alguns indicadores como salário médio e custo do trabalho.

Pelo lado da demanda foi elaborada análise da estrutura de gastos e o levantamento de algumas características socioeconômicas sobre classes de rendimento, cor ou raça, sexo e nível de escolaridade, dos gastos com bens e serviços culturais realizados pelas famílias brasileiras, na qual a despesa familiar com cultura é comparada com a despesa total familiar entre outras comparações apresentadas.

A análise dos gastos da administração pública apresentou os resultados relativos aos gastos governamentais com a cultura e o padrão de alocação dessas despesas para cada uma das esferas de governo, federal, estadual e municipal e ainda uma análise comparativa das despesas por funções e despesa per capita, consolidadas de toda a administração pública.

Por fim, o levantamento das características do trabalho e rendimento da população ocupada (emprego) do setor cultural permitiu alguma apreensão do âmbito social da cultura. Como na PNAD, as informações são coletadas por meio de uma amostra probabilística de

domicílios, diferentemente das pesquisas econômicas, as informações sobre o trabalho incluem o exercido em empreendimento com ou sem registro formal. As informações relacionadas às ocupações e atividades culturais podem ser correlacionadas às características socioeconômicas da população como instrução, renda, posição na ocupação, se é empregado ou empregador, sexo, idade, cor e postos com carteira de trabalho.



Algumas considerações sobre os resultados do SIIC 2007-2012⁸

A terceira edição da pesquisa Sistema de Informações e Indicadores Culturais mostra que, em 2012, 3,65 milhões de pessoas registradas ou não, trabalhavam no setor cultural. Em 2009, 4,32 milhões estavam empregados em cultura. Em 2007, 4,6% do total de trabalhadores brasileiros atuavam no setor cultural. Em 2012, a proporção caiu para 3,9%. Uma possibilidade para a redução de pessoas ocupadas no setor cultural é que os trabalhadores tenham encontrado emprego formal em outras áreas da economia.

O número de trabalhadores em cultura sem carteira assinada caiu 18% entre 2009 e 2012, enquanto a queda dos trabalhadores formais foi de 4%. A maior formalização do mercado de trabalho nacional nos últimos anos pode ter contribuído para a migração de trabalhadores dos setores mais informais de cultura para outros setores. O setor cultural apresentou, em média, um salário 30% maior que em outras atividades produtivas. Enquanto um trabalhador médio ganhou 3,2 salários mínimos, quem trabalhou com cultura no período, recebeu 4,2 salários. Entre os trabalhadores do setor cultural prevaleceu um maior nível de instrução. Em média, 20,8% (quase 760 mil) tinham nível superior em 2012 contra 14% da média do mercado de trabalho em geral. A média de idade de quem trabalhou com cultura é mais jovem que a média de outras atividades. O estudo mostrou que 21,7% dos trabalhadores estavam, em 2010, no grupo entre 16 e 24 anos.

Se for levado em conta apenas o setor formal, o número de trabalhadores em cultura é crescente, mas aumenta em ritmo mais lento que o total da economia. Havia 400 mil empresas e organizações (órgãos públicos, entidades sem fins lucrativos) do setor cultural em 2012, 9% a mais que em 2007. Sendo que, oito em cada dez empresas ligadas a cultura (82,5%) têm no máximo quatro funcionários. As que empregam mais de 500 pessoas são apenas 0,1% do total

⁸ A publicação completa do Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2010 está disponível para acesso no site do IBGE⁸.

de 400 mil empresas do setor cultural. No total da economia, 76% das empresas têm até quatro funcionários. Em 2007, 8,3% das empresas e outras organizações formais do País eram do setor cultural, proporção que caiu para 7,8% em 2012. Mais da metade (55,5%) é do setor de serviços; 39,7% do comércio e 4,8% da indústria.

No que diz respeito à atividade econômica, os serviços foram o setor de maior destaque nas atividades culturais em 2010, apresentando mais da metade da participação no número de empresas (55,5%), pessoal ocupado (58,2%), assalariados (59,0%) e salários pagos (71,6%). A cultura perdeu geração de receita líquida em 2010. Em 2007, as empresas de atividades econômicas de natureza industrial, comercial e de serviços que produziram bens e serviços relacionados à produção cultural, geraram 8,9% de toda a receita gerada no País. Em 2010, houve queda da participação para 8,3% (R\$ 374,8 bilhões de receita líquida). Em termos de despesas, o setor gastou R\$ 329,1 bilhões para financiar as atividades (8,4% do total geral) e gerou um valor adicionado bruto de R\$ 152,9 bilhões (11,4% do total geral).

Os gastos governamentais com cultura alcançaram 0,3% das despesas da administração pública em todas as esferas, federal, estadual e municipal, em cada ano, de 2007 a 2010. Em valores absolutos, ocorreu um aumento dos recursos de R\$ 4,4 bilhões para R\$ 7,3 bilhões nesses três anos.

As famílias gastaram no período referente à 2008-2009, em média, 8,6% do seu orçamento mensal (equivalentes a R\$ 184,57) em produtos e serviços relacionados à cultura, incluídos os gastos com telefonia, abaixo apenas dos três principais grupos de despesa: habitação (30,8%), alimentação (19,8%) e transporte (19,6%). Excluindo as despesas com telefonia, os gastos representaram 5,0% do total de despesas (R\$ 106,32). As despesas das famílias brasileiras com cultura são menores quanto menor a faixa de rendimento. Incluindo telefonia, as famílias da maior faixa (mais de R\$ 6.225,00) gastam em cultura uma média de R\$ 707,33 (9,7% da despesa), enquanto aquelas da menor classe (R\$ 830,00) gastam R\$ 41,78 (6,0%), um valor 17 vezes menor. Quando o nível de instrução da pessoa de referência na família é menor, o gasto com produtos e serviços relacionados à cultura também é mais reduzido.

Outras considerações

Para finalizar, podemos considerar que a atual produção de informação estatística para o setor cultural no Brasil vem acompanhando as mais recentes referências e recomendações sobre as estatísticas culturais elaboradas por alguns dos principais Institutos de Estatística internacionais.

Outro ponto refere-se à necessária manutenção da parceria estabelecida entre o MinC e o IBGE, no sentido da continuidade no desenvolvimento de novos estudos que sirvam para aprimorar as atuais informações estatísticas, ainda não suficientes para o conhecimento da realidade cultural brasileira. Sendo também necessário o envolvimento dos demais gestores públicos e privados e a comunidade acadêmico científica, em um diálogo permanente de cooperação institucional, para estreitar as diferenças entre as informações desejadas e as possíveis para formulação e avaliação das políticas públicas culturais.

DECRETOS

EXTRATO DE CONVÊNIO

Processo: PP/03606.000575/2004-33. Espécie: acordo de cooperação técnica entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Ministério da Cultura. Objeto: estabelecer cooperação geral entre os partícipes, com o estabelecimento de princípios básicos para disciplinar a conjunção de esforços e de apoio técnico, a fim de realizar o desenvolvimento de ações destinadas à organização das informações produzidas pelo IBGE de forma a estruturar um sistema de informações sobre cultura no Brasil, com dados permanentemente atualizados e consistentes, servindo como base para a formulação de políticas em diferentes esferas da gestão pública e também como fonte de informação consolidada para os usuários em geral. Amparo Legal: Lei [8666/93](#) e suas alterações posteriores, Decreto [93.872](#), de 23/12/86, e suas alterações posteriores. Vigência: sessenta meses a contar de sua assinatura. Signatários: Eduardo Pereira Nunes pelo IBGE e Gilberto Gil Moreira pelo Ministério da Cultura.

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/314261/pg-102-secao-3-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-12-2004>

REFERÊNCIAS

BOTELHO, I. Demandas e lacunas nas informações sobre o setor cultural. Artigo apresentado na V Conferência Nacional de Estatística – CONFEST e IV Conferência Nacional de Geografia e Cartografia – CONFEGE, realizada pelo IBGE. Rio de Janeiro, agosto de 2006.

CLASSIFICAÇÃO Nacional de Atividade Econômica – CNAE: versão 1.0 / Comissão Nacional de Classificação. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 326 p.

Cuentas satélites de cultura en Latinoamérica. Consolidación de un manual metodológico para la implementación. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2008. 232 p. Cultural statistics 2011 edition, do Eurostat. em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-32-10-374/EN/KS-32-10-374-EN.PDF

Deroin, Valérie. Conceptualisation statistique du champ de la culture. DEPS, Culture méthodes, 2011/3 - n°3. 12p. ISSN 1959-6936. Disponível em <http://www.cairn.info/revue-culture-methodes-2011-3.htm>

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities – ISIC. Rev. 4. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, Statistical Office, 2007. (ST/ESA/STAT/SER.M/4/rev.4). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=27>

LINS, Cristina P de C. A experiência brasileira na construção de informações e indicadores culturais. In, Política e Gestão Cultural: perspectivas Brasil e França. Org. Frederico Lustosa da Costa. Salvador, Edufba, 2013. pp. 211-238.

SISTEMA de informações e indicadores culturais: 2007-2010 v. 31 / IBGE, Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 178 p. Disponível para acesso em ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sistema_de_Informacoes_e_Indicadores_Culturais/2010/indic_culturais_2007_2010.pdf

SISTEMA de informações e indicadores culturais: 2003-2005 v. 22 / IBGE, Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 129 p.

SISTEMA de informações e indicadores culturais 2003. V. 18. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 126 p.